

## Resenha bibliográfica 2

### Capital versus the regions

Holland, Stuart. *Capital versus the Regions*.  
Londres: Macmillan, 1976.

CELSIUS A. LODDER \*  
MARTIM O. SMOLKA \*  
PAULO VIEIRA DA CUNHA \*

A impressão que se tem, em geral, dos trabalhos que se propõem analisar as estruturas espaciais, suas transformações históricas e suas relações com o desenvolvimento numa economia capitalista, é que pouca atenção é dada à confrontação das condições de existência de sistemas econômicos em sua base espacial. Em outras palavras, normalmente as estruturas espaciais são tomadas como uma modalidade paralela à industrialização/desenvolvimento, ou é estabelecida uma relação de causalidade entre estes processos e aquelas estruturas espaciais. Com isso, o problema espacial/regional é visto como uma manifestação do processo sócio-econômico-político, etc., e não como uma de suas partes integrantes e essenciais. Em suma, o elemento espaço entra apenas como determinante físico-geométrico, sendo uma dimensão passiva.

O trabalho de Stuart Holland não chega a preencher esta lacuna, mas em compensação fornece vários elementos para uma melhor compreensão destes fenômenos ou destas novas construções.<sup>1</sup> O livro

\* Do Instituto de Pesquisas do IPEA.

<sup>1</sup> Devemos também alertar o leitor para o fato de que o objetivo final do livro não foi, cremos, o de teorizar ou de construir um modelo teórico alternativo sobre o qual pudesse repousar uma *nova* Ciência Regional. Holland é muito mais

aqui resenhado argumenta com substância que a maioria do conhecimento econômico convencional e dos instrumentos de análise dos problemas, em tese, regionais, não é suficiente para explicar e, menos ainda, analisar os fenômenos ditos espaciais. Começa então seu ataque à chamada teoria do equilíbrio das economias de mercado (capitalistas), aplicada a nível das regiões. Com propriedade descreve a inadequabilidade deste esquema teórico num quadro real em que a persistência das desigualdades é regra e em que falsas premissas (da teoria do equilíbrio) não permitem que se veja o desequilíbrio como inerente à própria dinâmica do desenvolvimento de economias capitalistas.

Podemos, com isso, ver a atualidade de seu trabalho: onde a maioria dos autores conclui sua análise, Holland inicia a sua, em particular a ênfase dada ao que ele denomina *poder mesoeconômico*, um conceito central no desenvolvimento de suas idéias.

O poder mesoeconômico<sup>2</sup> simboliza a dominação de grandes organizações multinacionais em setores de ponta dos países industrializados, que podem se esquivar de algumas pressões das políticas econômicas nacionais simplesmente operando em escala internacional de preferência a regionais. Estas organizações aplicam e localizam seus investimentos mais caros<sup>3</sup> nas regiões mais prósperas dos países desenvolvidos, basicamente esperando encontrar maior estabilidade política, mão-de-obra altamente qualificada e amenidades para seus diretores; por outro lado, localizam suas filiais — muitas vezes utilizando o equipamento de suas antigas matrizes — em países em desenvolvimento, esperando encontrar, além do retorno de seu capi-

um crítico "de dentro" do sistema, é um prático — no bom sentido — com uma notável percepção dos problemas regionais.

<sup>2</sup> Segundo o autor, "o grau desigual de concorrência entre firmas grandes e pequenas se tornou tão marcante nas economias capitalistas que, fundamentalmente, classifica como macroeconômica toda teoria regional baseada em modelos de concorrência microeconômica e suas sínteses. O que resultou, na prática, foi o surgimento de um novo setor mesoeconômico *entre* o nível macro da teoria e da política e o nível micro das pequenas firmas competitivas" (p. 138). *Mesos* em grego significa, justamente, intermediário, em contraposição a *makros* (grande) e *mikros* (pequeno).

<sup>3</sup> Segundo os termos do autor, cremos que isto deve significar projetos com elevada intensidade de capital ou tecnologia muito sofisticada.

tal, obviamente, isenções fiscais abundantes, baixos salários e ausência de pressões sindicais.<sup>4</sup>

Ressalte-se aqui a palavra *poder*, pois parece ser neste contexto que o autor introduz o papel desempenhado por tais firmas, isto é, não apenas como um monopolista ou oligopolista desligado das relações de poder que sustentam e apóiam o sistema econômico. Sobretudo relevante — especialmente para o caso brasileiro — é sua análise de como esse poder conspira contra medidas de política econômica que julga prejudiciais às suas atividades, inclusive dada “a tendência das grandes firmas de se tornarem multinacionais ao invés de multirregionais em sua localização”.<sup>5</sup>

Com isso podem invalidar certas formulações analíticas da teoria (neoclássica) da localização, bem como algumas medidas de política econômica decorrentes.<sup>6</sup>

Os argumentos de Holland não são difíceis de serem aceitos: os processos econômicos, em particular nas suas manifestações espaciais, teriam como característica básica não serem auto-equilibráveis, antes, pelo contrário, seriam cumulativos e desequilibrados.

Em termos de sua organização, *Capital versus the Regions* pode ser entendido como um discurso no qual cada capítulo é colocado visando a analisar os diversos processos que, na opinião do autor,

<sup>4</sup> Poderíamos adicionar à argumentação de Holland que estas empresas buscam também — e principalmente — expandir seus mercados, sendo muitas vezes levadas à internacionalização de sua produção — inclusive pela existência de estruturas tarifárias protecionistas, proibitivas à importação — como meio de utilizar seus recursos ociosos ou de preservar suas quase-rendas monopolistas. Ver S. Hymer, “The Multinational Corporation and the Law of Uneven Development”, in J. Bhagwati (ed.), *Economics and World Order* (Nova York: MacMillan, 1972), pp. 113-40.

<sup>5</sup> Ver p. 58. Também na p. 154 o autor volta a enfatizar estas idéias.

<sup>6</sup> É interessante notar que Holland, apesar de tão brilhantemente traçar as origens da frustração operacional da Ciência Regional, não tenha dado algum crédito às idéias de A. Lösch, principalmente quando este autor ressalta a existência de um elemento monopolista inerente ao espaço, mesmo quando, ao nível das firmas, são aceitos os pressupostos da concorrência perfeita. Em parte, este esquecimento de Holland é parcialmente desculpável, tendo em vista a ênfase dada às organizações corporativas modernas, o que, em última análise, relegaria as observações de Lösch a ter uma validade ao nível local das vendinhas de esquina.

vão justificar o argumento exposto no parágrafo anterior, dando-se relativa ênfase à presença do setor público como seu participante ativo e atuante. Sob este aspecto, o setor público, tal qual as grandes empresas, seria um dos elementos indispensáveis ao entendimento dos processos descritos nos diversos capítulos.

Holland sente-se então à vontade para criticar aqueles que pensam ser viável ou possível que o sistema de mercado venha resolver o problema das desigualdades regionais e que citam, como exemplo desta possibilidade, a experiência de países como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha.

O autor lembra que a participação do setor público na economia destes países — participação esta que é o anátema dos fiéis da economia de mercado — é muito mais efetiva do que se imagina ou, muito a propósito, se revela. Esta é uma das razões por que a análise empírica, visando a testar aquela hipótese de o livre jogo das forças de mercado conduzir ao equilíbrio espacial, é mistificante, pois a presença considerável do setor público na economia teria viesado os dados (p. 54 e seguintes).

Pode-se lamentar aqui o fato de Holland não explicar a forte presença do setor público e o aparecimento do setor/poder meso-econômico privado como complementares e mesmo interdependentes, que é uma condição necessária à concentração monopolista do capital. Com isso perde-se um pouco aquela perspectiva de contingência pela presença destes dois elementos.

Talvez por este motivo Holland tenha relutado em traçar claramente os *limites* das relações entre os dois componentes mencionados. O Estado, dentro do contexto de *Capital versus the Regions*, deve ser considerado como juiz, gerente e planejador da distribuição dos recursos.<sup>7</sup> Esta concepção de certa forma simplifica — talvez demais — as coisas e responde indiretamente à nossa exigência de saber qual o papel do Estado, seus limites e fronteiras, dentro do processo de acumulação capitalista. Mas, por outro lado, não torna necessariamente legítima a ação do Estado, que é, aparentemente, tomado como dado. Neste caso, estariam entre os objetivos — implícitos — de o Estado socorrer as regiões deprimidas ou atrasadas.

<sup>7</sup> Conforme p. 55.

É por este motivo também que a impressão que fica da leitura do livro de Holland é de estarmos lendo uma apologia do Estado capitalista, tal a convicção com que ele se lança na argumentação de que, geralmente, o Estado obtém sucesso ao estimular a atividade econômica nas áreas mais atrasadas, como se isso por si só constituísse uma solução (ou a solução).

Sob este aspecto, parece sintomático que nenhuma menção se faça aos problemas salariais, pois a seqüência lógica de todo seu raciocínio leva necessariamente ao anseio, por parte do autor, por um sistema capitalista operando (socialmente) com menores distorções.<sup>8</sup>

Antes de apresentar um resumo crítico final, é necessário que estendamos um pouco mais nossas observações e comentários a respeito de, principalmente, dois capítulos que julgamos merecer de nossa parte uma análise mais pormenorizada. Estamos nos referindo ao Capítulo 2 ("Teorias do Desequilíbrio Regional") e ao Capítulo 5 ("Concorrência Desigual e Desequilíbrio Regional"), sendo que nos próximos parágrafos realizamos esta análise quase que descritiva.

Uma área dentro do conjunto de conhecimentos que convencionou-se chamar de "economia regional", onde a crítica das posturas neoclássicas é não apenas mais difundida, mas também mais aceita, é certamente a discussão em torno das "teorias" do crescimento econômico regional. Mesmo assim, ao analisar o desequilíbrio regional (Capítulo 2), Holland traz a esta discussão novos e importantes elementos, fazendo uma verdadeira crítica da crítica, isto é, estendendo-a à própria teoria dos pólos de crescimento.

Em sua discussão, Holland se refere a três autores: Marx, Myrdal e Perroux. Argumenta que "muitos fatores que, mais tarde, foram incorporados à teoria dos desequilíbrios regionais do tipo desenvolvido por Myrdal e Perroux foram antecipados por Marx" (p. 36). Uma boa parte do capítulo é, portanto, dedicada a reproduzir a

<sup>8</sup> Talvez aqui possamos sugerir aquela tese de G. Kay de que o subdesenvolvimento ocorre não por causa da exploração capitalista, mas porque o capitalismo não explora o suficiente (!). Cf. Geoffrey Kay, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento: Uma Análise Marxista* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977).

análise de Marx sobre o processo de concentração espacial no capitalismo. Esta tentativa de análise torna as coisas muito difíceis para o autor, pois Marx — muito embora considerasse esta uma das principais manifestações sociais da acumulação do capital industrial — não abordou o problema de forma sistemática e integrada.

Holland, de início, afirma que “um dos principais fatores que Marx percebeu foi o fato de que a concentração espacial da produção em determinadas áreas não resultou da localização de jazidas minerais ou então da necessidade de reduzir os custos de transporte, mas, principalmente, da concentração setorial da produção” (p. 36). Para sustentar esta conclusão, o autor apresenta três argumentos que, em que pese numerosas citações, não estão mais que incidentalmente apoiados no raciocínio desenvolvido em *O Capital*.

O primeiro argumento usado por Holland é de natureza histórica e se relaciona com a análise da introdução da produção mecanizada em grande escala na Inglaterra no século XVII. Esta mecanização foi, por um lado, fruto da criação de um mercado de trabalhadores “livres”, isto é, decorrente da impossibilidade de acesso de parte da população às terras cultiváveis existentes. Por outro lado, foi o fator que permitiu a mecanização da agricultura e a destruição da produção doméstica, fomentando ainda mais o êxodo rural, acelerando a divisão do trabalho entre a cidade e o campo. Em suma, o que interessa ao autor é que contribuiu positivamente para a concentração espacial da produção de manufaturas. O segundo argumento tomado de Marx, mas novamente algo fora de seu contexto na análise do processo de acumulação, está relacionado com a escala de produção industrial. Visa o autor enfatizar que, dada uma inevitável concentração inicial, sem a qual essa produção industrial não poderá surgir, a acumulação de capital apenas reforçaria esta concentração, uma vez que a produção manufatureira tenderia a aglomerar em seu redor uma série de atividades especializadas, gerando crescentes economias de escala para todos os produtores. O terceiro e último argumento, oriundo dos dois anteriores, é desenvolvido com mais cuidado, talvez porque se refira a aspectos mais familiares, na abordagem de Marx, para quem a vê desde a perspectiva que é convencional na tradição de análise regional. Trata-se dos deslocamentos intersetoriais e inter-regionais de mão-de-obra.

Holland dedica várias páginas de seu trabalho à análise da formação e funcionamento do excesso relativo de população (ou exército industrial de reserva), testando, inclusive, a “aplicabilidade atual” de suas várias categorias.<sup>9</sup> Destaca o autor que Marx, chegando a uma conclusão que é contrária à da maioria dos economistas regionais, demonstrou e enfatizou que: a) o êxodo rural que acompanhou o desenvolvimento do capitalismo foi o resultado de expulsões e emigrações involuntárias da população agrícola e não o produto de decisões racionais visando a uma irreal maximização de utilidades; e b) a própria dinâmica da acumulação de capital faz com que a oferta de mão-de-obra urbana tenda sempre a exceder sua demanda (salvo nos raros momentos de crescimento mais acelerado), não conduzindo necessariamente a um equilíbrio no mercado de trabalho nem, muito menos, criando uma estrutura urbana com mecanismos auto-ajustáveis tendentes a estabelecer o equilíbrio na distribuição espacial de bem-estar.<sup>10</sup>

Apesar destes pontos serem interessantes e, sem dúvida, pertinentes, sente-se que falta na apresentação de Holland um tratamento mais sistemático do tema, voltado mais para o seu desenvolvimento teórico, a partir das categorias marxistas, do que para uma análise bibliográfica da obra de Marx.

Devemos mencionar também que o tratamento esquemático dado às obras de Myrdal e Perroux, muito embora suficiente para reativar a memória dos especialistas e fiel às idéias originais destes autores, certamente não é totalmente compreensível para quem não está muito familiarizado com essa literatura. A resposta à pergunta “por que o capitalismo fomenta o desenvolvimento desigual das regiões?”

<sup>9</sup> Uma análise mais cuidadosa, e que também enfatiza o elo espacial na obra de Marx, encontra-se em Jean-Paul de Gaudemar, *Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital* (Lisboa: Editora Estampa Ltda., 1977), além dos trabalhos de Paul Singer, em especial “Elementos para uma Teoria do Emprego Aplicável a Países Não-Desenvolvidos”, in *Economia Política do Trabalho* (São Paulo: Editora Hucitec Ltda., 1977), pp. 9-98. Destacamos também a resenha feita por V. C. Brandt, “Desenvolvimento Agrícola e Excedentes Populacionais na América Latina”, in *Estudos CEBRAP*, n.º 14 (1975), pp. 103-18.

<sup>10</sup> Ver a discussão de Geoffrey Kay, *op. cit.*, especialmente o Capítulo 6 (“Capital Industrial e Subdesenvolvimento”).

de fato só é respondida — e, aí sim, de forma convincente — no capítulo seguinte, que trata do comércio inter-regional.

Na seqüência do capítulo o autor volta-se frontalmente para a crítica do conceito de pólos de crescimento (o qual, tipicamente, deixa de definir) e, em particular, de sua aplicabilidade como instrumento de política regional. Aqui pode-se perceber por que este livro já é, merecidamente, considerado uma das principais contribuições à literatura especializada. Em sua crítica, Holland destaca primeiramente que, na prática, “a gerência empresarial busca maximizar potenciais vantagens locacionais, tanto quanto buscaria ‘maximizar’ a lucratividade de curto prazo em prejuízo de outros fatores que afetam o desenvolvimento da empresa no longo prazo” (p. 51). Menciona a seguir que as políticas baseadas no conceito de pólo de crescimento, ao darem muita importância ao papel das externalidades locacionais, deixam de considerar o quanto as pequenas e médias empresas, do tipo das que têm maior potencial para promover o crescimento das regiões subdesenvolvidas, podem ou internalizar as economias de produção ou se assegurar de economias internas de produção via contratos com outros produtores sobre os quais exercem um domínio tipicamente oligopolista. Por outro lado, Holland argumenta que a queda generalizada nos custos de transporte tem atenuado a disposição das empresas de entrar nos mercados regionais por meio da implantação de subsidiárias; pelo contrário, esta tendência dos custos de transporte tem incentivado, cada vez mais, a estratégia de suprir mercados através das exportações diretas da matriz.<sup>11</sup> Recorda a este respeito o autor que apenas uma fração do investimento total assume a forma de investimentos em plantas inteiramente novas e que, portanto, o potencial disponível para novas localizações é bem mais reduzido do que se imagina. Os efeitos sobre uma política econômica locacional são evidentes.

Estas considerações vêm reforçar o tema central do livro, ou seja, o da tendência à desigualdade regional intrínseca ao processo de crescimento capitalista. Para reverter esta tendência não seria sufi-

<sup>11</sup> Não podemos deixar de questionar aqui se, no caso do Brasil, uma diminuição das alíquotas do ICM interestadual, reivindicação dos Estados periféricos, não teria o efeito de agravar este mecanismo apontado por Holland.



ciente adotar algumas, ou mesmo muitas, medidas parciais. Na opinião do autor, qualquer linha de ação deverá ser baseada no conhecimento da estrutura de competição capitalista e de suas transformações históricas. Holland identifica duas principais características no capitalismo moderno que devem ser consideradas em qualquer linha de ação que se adote: a) o avanço do poder econômico das grandes corporações (isto é, o capital monopolista ou oligopolista); e b) o alastramento das operações multinacionais dessas grandes corporações (isto é, a internacionalização plena do capital produtivo).

Este tema nos leva diretamente ao assunto explorado pelo autor no Capítulo 5 ("Concorrência Desigual e Desequilíbrio Regional"). Aqui Holland propõe-se explorar as conseqüências dessas características do capitalismo moderno. É sem dúvida um tema de leitura fascinante e de maior relevância para a compreensão da problemática regional tal como hoje se manifesta.

Depois de rejeitar a interpretação dada pela teoria neoclássica da concorrência imperfeita, pois "... a principal omissão desta teoria tem sido sua incapacidade de encarar as implicações reais das economias de escala" (p. 130), e de repassar rapidamente os processos mediante os quais as economias de escala promovem a criação e consolidação dos monopólios, "... que envolvem não apenas economias de escala na produção (...) mas também economias (...) na distribuição, acesso a condições favoráveis de financiamento, maiores taxas de autofinanciamento, maior utilização do progresso técnico em inovações, ganhos resultantes do controle sobre consumidores e fornecedores, maior poder de barganha com governos nacionais, e assim por diante" (p. 130), o autor passa a delinear os traços mais importantes da chamada "nova teoria da firma", baseando-se fundamentalmente nas idéias de Sylos-Labini.<sup>12</sup>

Toma deste autor a análise do processo de inovação tecnológica como instrumento de concorrência. A essência da argumentação é

<sup>12</sup> Paolo Sylos-Labini, *Oligopoly and Technical Progress* (Cambridge: Harvard University Press, 1962). Observe-se que, ao desenvolver este tema, Holland — ao que tudo indica de forma não proposital — desfecha uma contundente crítica à literatura recente sobre desenvolvimento regional e difusão de inovações (J. Lasuén, E. von Boventer, e outros).

que as reduções de custo, quando internalizadas pelo poder monopolista ou oligopolista do agente inovador, isto é, quando nem são disseminadas as práticas produtivas nem transferidas as vantagens, via reduções no preço, para a indústria como um todo, permitem a obtenção de superlucros e, em geral, colocam à disposição da grande empresa várias estratégias para conquistar um maior grau de controle sobre o mercado. São táticas que podem incluir a diferenciação de produtos da concorrência monopolista, mas que podem ir muito além desse aspecto. As empresas que detêm o poder de mercado conseguem erguer verdadeiras barreiras à entrada de novos competidores, seja através de uma política de preços que force o competidor a operar num nível inconsistente com a obtenção da taxa mínima de lucros, ou até num nível incompatível com a recuperação dos custos fixos, que portanto forçaria a quebra do competidor. Por outro lado, dada sua maior capacidade financeira, a grande empresa tem muito maior facilidade de adquirir no momento certo as firmas menores sempre e quando isso for desejável.

Entretanto, não é sempre que as grandes firmas incorporam as pequenas. Holland cita três razões para que isso não ocorra: a) a incorporação poderá significar produzir numa escala ineficiente do ponto de vista da grande empresa; b) pode ser que a própria dispersão geográfica e diferenciação qualitativa dos mercados desencoraje sua ampliação; e c) pode ser que existam barreiras legais para a compra das menores empresas ou aglomeração com as outras grandes. De qualquer forma, o raciocínio do autor deixa claro que “quanto maior e tecnologicamente mais progressiva for a pequena empresa mais difícil será para ela não apenas continuar a crescer mas sobreviver, uma vez que seu mercado será cada vez mais atrativo para a líder do setor” (p. 138).

De acordo com o autor, esta situação tem importantes implicações para a política regional. Dado que é desejável promover precisamente essas pequenas e médias empresas regionais, com grande potencial de crescimento, a política poderia indiretamente provocar e não impedir a penetração do capital oligopólico, com a dupla desvantagem de que uma incorporação, nesta situação, implicaria a transferência dos eventuais subsídios para as grandes líderes setoriais.

É por todas estas razões que, segundo Holland, a análise problemática regional deve partir da distribuição locacional das grandes e pequenas empresas. Em particular, da análise do setor *mesoeconômico* "entre o nível macro da teoria e da análise de políticas e o nível micro da pequena empresa competitiva".

O problema é que as grandes empresas tendem, pelas razões consideradas anteriormente,<sup>13</sup> a se localizar nos centros mais desenvolvidos, atraindo para si toda uma série de atividades satélites. Considerando a dificuldade que as novas empresas teriam ao fazer concorrência a estas grandes empresas, poderia surgir uma situação na qual "a maioria das modernas empresas mesoeconômicas estariam concentradas nas regiões mais desenvolvidas e a maioria das microempresas tradicionais nas regiões menos desenvolvidas".

Estas observações vão dar ao autor a oportunidade para desenvolver uma outra temática sempre presente nos debates sobre desenvolvimento espacial: o dualismo regional. Tomada em conjunto com as transferências inter-regionais de fatores (que tendem, conforme a análise do Capítulo 3, a beneficiar as regiões mais prósperas), a estratégia de domínio dos mercados periféricos através das exportações da matriz poderá provocar a estagnação ou mesmo o declínio do produto interno das regiões periféricas. Como resultado, os padrões de consumo inter-regionais se diferenciariam ampliando as brechas entre as empresas, levando a um dualismo estrutural do tipo analisado por Averitt em seu modelo das firmas centrais e dominantes *versus* periféricas e dominadas.<sup>14</sup>

Holland destaca que as diferenças regionais nas taxas de crescimento resultariam não apenas em diferentes ritmos de crescimento, mas também, e principalmente, em diferentes *padrões* de crescimento. Ao menor volume de investimentos nas regiões atrasadas estariam associados projetos menores, menos intensivos em capital e em poder inovador, sem capacidade, portanto, de abrir novas perspectivas de um desempenho mais dinâmico. Parte dessa associação se deve ao fato de que, dada uma baixa — e talvez decrescente

<sup>13</sup> E, como reconhece Holland, há muito estudadas por Perroux.

<sup>14</sup> Robert T. Averitt, *The Dual Economy: The Dynamics of American Industry Structure*. (Nova York: Norton, 1968).

— taxa de crescimento regional, os empresários tenderiam a investir apenas em pequenas modificações nas técnicas produtivas, ampliando e modificando apenas o suficiente para preservar sua parcela do mercado. Como afirma Holland, “uma cautela inicial conduz eventualmente a uma psicologia de investimento que não apenas é defensiva, mas também derrotista” (p. 150). Por outro lado, as condições favoráveis de crescimento das regiões avançadas — propulsionadas ainda mais pelas exportações para as regiões menos desenvolvidas — fomentariam o investimento inovador, que maximiza tanto as economias de escala na produção como a difusão do progresso técnico. Em suma, instaura-se mais um mecanismo tendente a acentuar os desníveis regionais e o padrão desigual de crescimento regional.

Em resumo, Holland apresenta uma lúcida e inovadora análise das desigualdades regionais, fundamentada na dinâmica do capitalismo contemporâneo e não na mitologia da teoria neoclássica da localização, que, como ele mesmo afirma, “presume de início a maior parte das desigualdades estruturais que resultam da própria concorrência capitalista” (p. 127). O caráter pioneiro deste livro metodologicamente cuidadoso sem dúvida estimulará novos trabalhos que tentarão precisar melhor sua análise. É claro que uma leitura cuidadosa torna aparente algumas lacunas. Poderíamos salientar que falta fazer uma apresentação sistemática do inter-relacionamento entre a acumulação de capital e mobilidade dos fatores e que falta aprimorar o vínculo entre a “nova teoria da firma” e suas repercussões espaciais.<sup>15</sup> Mas estas são “lacunas” de leitor excessivamente exigente. Na verdade, a crítica básica que se pode fazer ao livro é a de que estaria faltando um capítulo que integrasse todas as idéias de Holland,<sup>16</sup> visando a justificar a análise apresentada anteriormente como parte de uma perspectiva crítica do sistema capitalista. Se por um lado as críticas apresentadas por Holland em seu livro parecem todas pertinentes e efetivas, por outro, na falta deste capítulo-suporte, ficam como que soltas no ar.

<sup>15</sup> Usando talvez alguns dos trabalhos principalmente de A. Pred sobre sistema de cidades no capitalismo avançado.

<sup>16</sup> O último capítulo (“Teoria Prática e Imperativos da Política”) parece ter este intento, mas não vai além do que foi apresentado anteriormente.

Seria necessário um esforço, que não foi tentado, de integração em um sistema coerente da acumulação capitalista regional e/ou internacional. Para quem está mais familiarizado com as questões da economia regional, a origem de suas críticas são evidentes. Mas a ausência de uma formulação mais sintética ou talvez totalizante e, em alguns casos, sistemática parece sugerir que o autor estaria visando muito mais a “derrubar” alguns monstros sagrados da análise regional<sup>17</sup> — em particular o W. Isard de *Methods of Regional Analysis*, a bíblia dos economistas regionais — salientando apenas o que *não é* legítimo afirmar e propor.

Isto não quer dizer, absolutamente, que o autor não proponha nada de positivo.<sup>18</sup> O problema é que, se bem entendemos o livro, as lições obtidas são fundadas no mesmo pragmatismo tão criticado pelo autor nas soluções operacionais propostas à maneira de Isard. Nenhuma razão é dada acerca do fato de que tais e tais coisas devam necessariamente ocorrer assim ou de outra forma. É aqui que pedimos um capítulo integrativo. Ficamos então no ar em termos de referência a um determinado sistema. Talvez seja por isso que as sugestões implícitas nas idéias de Holland aparentem não ser obtidas de uma postura crítica da lógica — ou não-lógica — do sistema capitalista, especialmente falando. Essa lógica fica implicitamente sugerida para o próprio leitor desenvolver.

Em resumo, e para finalizar, pode-se ler com muito gosto este livro de Holland. É um trabalho importante e obrigatório para aqueles que não se encontram muito satisfeitos com as soluções propostas pela teoria econômica mais ortodoxa, para os problemas e para a análise regional, bem como deve interessar e, cremos, também ajudar aqueles que, possuindo algum conhecimento de economia, mostram-se curiosos de seus negligenciados aspectos espaciais.

<sup>17</sup> O que obviamente consegue, em nossa opinião.

<sup>18</sup> Seus exemplos sobre a experiência de realocização na *Autostrada del Sole* são suficientes para lembrar que não é bem este o caso. Ver a p. 222 e seguintes.



Pesquisa e planejamento econômico. v. 1 --

n. 1 — jun. 1971 — Rio de Janeiro,  
Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1971 --

v. — quadrimestral

Título anterior: Pesquisa e Planejamento v. 1, n. 1 e 2, 1971.  
Periodicidade anterior. Semestral de 1971-1975.

1. Economia — Pesquisa — Periódicos. 2. Planejamento  
Econômico — Brasil. I. Brasil. Instituto de Planejamento Eco-  
nômico e Social.



CDD 330.05

CDU 33(81) (05)

**IPEA — Serviço Editorial: Nilson Souto Maior (Revisão);  
Gilberto Vilar de Carvalho (Coordenação de vendas).**

---

---

Composto e impresso no Centro de Serviços Gráficos do IBGE, Rio de Janeiro — RJ.